

Governo estuda opção

ALTERNATIVAS INCLUEM DESDE O USO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR ATÉ O

JORNAL DA TARDE

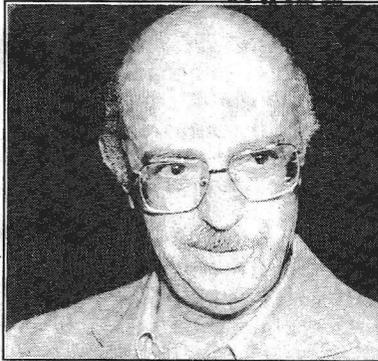
08 JUL 1995

A equipe econômica do governo estuda alternativas para vencer a insistência do ministro da Saúde, Adib Jatene, de criar uma contribuição social (o IPMF-Saúde) sem que, com isso, abra uma nova crise na Esplanada dos Ministérios. O governo pode, por exemplo, optar por um empréstimo emergencial de R\$ 1,5 bilhão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para aumentar o repasse de dinheiro aos hospitais.

“Vamos fazer tudo para resolver esse problema ainda este mês”, disse o ministro do Planejamento, José Serra, que não acredita no IPMF como a melhor saída para cobrir o déficit da saúde.

Em 1992, o FAT já havia socorrido o caixa da Saúde. “Como bons pagadores, poderemos nos credenciar a outro empréstimo agora”, avaliou Jatene, depois de conversar com Serra sobre o assunto. “É necessário dar o reajuste aos hospitais, e o FAT poderá ser usado, mas todo empréstimo tem que ter perspectiva de pagamento”, disse Serra.

Segundo assessores do governo, as reuniões, na quinta-feira, de Jatene com seus colegas da Fazenda, Pedro Malan, e Serra, tiveram um efeito diplomático para apaziguar as arestas nas relações entre a



Prof. Nêmer/AE - 19/12/94

Adib Jatene

equipe econômica e o Ministério da Saúde, que andaram estremecidas nos últimos dias. Depois da reunião, Jatene disse que Malan não era contra a criação da contribuição social, apenas não queria mais uma receita vinculada. Ontem, no entanto, ao ser indagado se era a favor ou contra a recriação do IPMF, Malan respondeu que cabe ao Congresso decidir. Segundo ele, essa decisão não deve ser de ministro ou do Executivo porque há demandas de vários setores, e não só da Saúde.

Enquanto não se chega a uma solução definitiva, a equipe acompanha o movimento do Congresso em torno de propostas alternativas ao IPMF. O senador Pedro Piva (PSDB-SP) apresentou um

projeto de lei propondo a elevação de 2% para 20% na alíquota do Cofins cobrada sobre a venda de cigarros e bebidas alcoólicas.

O deputado Prisco Viana (PFL-BA) quer a aprovação de proposta obrigando o governo a restituir em dinheiro os US\$ 6,7 bilhões do imposto compulsório que cobrou entre 1986 e 1989 sobre a venda de veículos e combustível. A restituição não reclamada seria revertida para a Saúde.

Os deputados da Comissão de Seguridade Social, por sua vez, defendem solução definitiva para o setor. O deputado Eduardo Jorge (PT-SP), por exemplo, sustenta que a Constituição deve fixar percentuais do Orçamento para a saúde, assim como Estados e municípios devem, obrigatoriamente, aplicar 10% de seus próprios orçamentos no setor. Isso, no entanto, representaria mais uma vinculação, idéia que a equipe econômica nem admite pensar.

Jatene pretende prosseguir as negociações no Congresso para aprovação da contribuição social — 0,25% sobre o valor de cada movimentação financeira. Mas com o recesso dos parlamentares a expectativa é que o tema só venha a ser discutido em agosto.

Sônia Cristina Silva/AE

AUMENTO DE ALÍQUOTAS DA COFINS SOBRE CIGARROS E BEBIDAS.

a IPMF de Jatene